

O PERFIL DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELÉM

*Adriana de Jesus Diniz Farias**

Resumo: O presente artigo apresenta os resultados da pesquisa “Quem é e quanto ganha o professor da Educação Básica da Rede Municipal de Educação de Belém?”, que objetivou traçar um Perfil dos Professores da Rede Municipal de Educação de Belém de acordo com quatro indicadores: sexo; formação; formação por área de atuação; e remuneração. Utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental. Concluiu-se que, de acordo com os indicadores, a maioria dos professores é do sexo feminino; têm formação em nível superior, com exceção dos que atuam na Educação Infantil; no que tange à remuneração, a composição salarial demonstra que independentemente da formação, os professores recebem vencimentos iguais e que as gratificações diferenciam o valor das remunerações.

Palavras-chave: Perfil dos professores. Rede Municipal de Educação. Educação Básica.

PROFILE OF TEACHERS WORKING IN THE EDUCATIONAL SYSTEM OF THE MUNICIPALITY OF BELÉM

Abstract: This article presents the results of the research entitled “Who is the Basic Education teacher of the Municipal System of Education in Belém, and how much is he (she) paid?” The objective was to draw a profile of teachers working for the Municipality of Belém (State of Pará, Brazil) according to four indicators: sex; teacher education; specific training according to practice area; remuneration. Bibliographic and documentary research was used. According to the indicators, conclusions were reached that most teachers are female, holders of higher education degrees with the exception of those working in Early Childhood Education; with regard to remuneration, data evidenced that regardless of their training, teachers receive equal salaries, the differences in the overall remuneration being due to bonuses.

Keywords: Profile of teachers. Municipal Education. Basic Education.

* Graduada em Pedagogia (Licenciatura Plena). Mestranda em Educação (Universidade Federal do Pará).

INTRODUÇÃO

O destaque para a situação dos professores se dá em função do reconhecimento, quase generalizado, teoricamente, de que qualidade de ensino está diretamente associada à valorização dos profissionais da educação. Desse modo, as investigações sobre a situação dos professores da Educação Básica se revestem de importância, na medida em que possibilitem ampliar as discussões tanto sobre as avaliações de políticas a eles direcionadas quanto sobre a definição de novas políticas mais consequentes. Assim sendo, a importância do estudo ora apresentado caminha na direção de subsidiar os estudos e discussões acerca da formação, profissionalização bem como da valorização dos professores da Educação Básica.

No decorrer da história, a escola teve um papel de destaque, pois é considerada a maior responsável pela transmissão de conhecimentos por intermédio de um corpo docente que nem sempre recebeu a devida atenção, principalmente no que tange à garantia de condições adequadas de trabalho e remuneração digna. Essa afirmação ganha apoio quando se analisam os últimos estudos sobre a situação do professor brasileiro. A título de exemplo, podemos citar os Censos do Professor (1997 e 2003)ⁱ e as pesquisas sobre perfil do professor brasileiro (em 2004 e 2006)ⁱⁱ. Tais estudos mostram as grandes desigualdades regionais em relação à formação inicial e continuada, às condições de trabalho e à remuneração dos professores. É importante ressaltar que tais desigualdades não se apresentam apenas de uma região para outra, como também dentro da mesma região, Estado ou Município.

O presente estudo se constitui peça para avaliar o tripé da valorização docente, ou seja, formação, condições de trabalho e remuneração dos professores. A valorização dos professores não é um tema novo, sempre esteve presente nas discussões políticas, nas propostas, nos planos de governo, em programas oficiais. Mas foi somente a partir do final dos anos de 1980, nas lutas em prol da Constituinte e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), que os professores estiveram no centro das discussões sobre os problemas educacionais. Muitas dessas discussões e conquistas foram resultados de grandes mobilizações sociais e da luta dos educadores. Destacam-se: a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)ⁱⁱⁱ, como principal órgão de representação sindical dos professores da Educação Básica; a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope)^{iv}, principal entidade que discute e promove a formação dos profissionais da educação; dentre outras entidades.

Os professores da Educação Básica pública, no Brasil, são herdeiros de uma histórica constituição da profissão. Inicialmente, os professores eram os

religiosos (jesuítas) que vieram para o Brasil para catequizar índios e não recebiam salário, mas eram financiados pela Coroa portuguesa. Depois, com a expulsão dos jesuítas, tivemos a substituição de um corpo docente religioso por um corpo docente laico, que recebe salário como retribuição de seu trabalho. Sobre o *perfil* do professorado, esse último passa a ser, em sua maioria, constituído de “moços pobres e moças ricas”. Mais tarde, com a proletarização da profissão, o *perfil* que se revela é de profissionais oriundos das camadas populares com as mais diversas formações. As mulheres passam a constituir maioria, pois viam, na profissão, a possibilidade de conciliá-la com as tarefas domésticas e auxiliar na despesa familiar. Os professores também foram se organizando enquanto classe e reivindicando seus direitos (MONLEVADE, 2000; NUNES; MONTEIRO; SANTOS, 2008; CNTE, 1997).

O presente trabalho teve por objetivo geral traçar um perfil do professor da Rede Municipal de Educação de Belém. Diante da realidade apresentada, questionou-se: Quem é e quanto ganha o professor da Rede Municipal de Educação de Belém?

METODOLOGIA

Para traçar o *perfil dos professores* que atuam na Educação Básica da Rede Municipal de Belém, adotou-se a pesquisa documental, pois, segundo Gil (1991), é a mais adequada para realizar uma análise contextualizada das informações contidas nas fontes documentais a serem analisadas. Nesse sentido, adotaram-se quatro indicadores de perfil: I – sexo; II – formação; III – formação conforme área de atuação; e IV – remuneração.

Os indicadores *formação e formação conforme área de atuação* foram escolhidos devido à disponibilização de Microdados do Censo Escolar (MEC/INEP) que foram tratados pelo grupo de pesquisa coordenado pela Prof^a Dr^a Andréa Barbosa Gouveia, da Universidade Federal do Paraná. Os dados referentes ao indicador remuneração foram obtidos em tabelas salariais publicadas no Diário Oficial do Município (DOM), disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Administração (SEMAD) e tratadas pelo Grupo de Estudos em Gestão e Financiamento da Educação (GEFIN). As informações relativas ao indicador sexo foram obtidas por meio de tabelas disponibilizadas pelo Departamento de Recursos Humanos, da Secretaria Municipal de Educação (SEMEC).

Análise e Discussão

Perfil dos professores da Educação Básica da Rede Municipal de Belém

I Sexo

No que diz respeito ao indicador sexo no grupo de professores pesquisados, elaboramos a tabela a seguir que mostra a distribuição de docentes do sexo masculino e feminino, na Educação Infantil, no Ensino Fundamental^v e na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Tabela 1 – Sexo dos professores segundo área de atuação na Rede Municipal de Educação de Belém. 2006-2011.

Anos	Educação Infantil		Ensino Fundamental		EJA		Total	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
2006	9	448	587	1.592	269	324	865	2.364
2007	8	401	568	1.488	260	307	836	2.196
2008	8	368	546	1.426	245	298	799	2.092
2009	6	346	522	1.383	253	262	781	1.991
2010	5	292	518	1.273	223	246	746	1.811
2011	4	290	516	1.228	219	228	739	1.746

Fonte: BELÉM: SEMEC, 2011 [Ofício à pesquisadora].

De acordo com as informações da tabela, as professoras representam a maioria na Educação Básica, tanto na Educação Infantil (creche e pré-escola) quanto no Ensino Fundamental e na EJA. Em 2006, o sexo feminino representava 73,21% do total de professores contra 26,79%, que representavam o sexo masculino. Em 2011, novamente as mulheres representam a maioria (70,26%), enquanto os homens representavam 29,74% do total.

Destaca-se que a presença masculina, na Educação Infantil, é a menor em todas as etapas e modalidades analisadas na série histórica. Em 2006, foram apenas 1,97%, enquanto a presença feminina foi de 98,03%; e em 2011, a presença masculina é de 1,36% ao passo que a feminina foi de 98,64%, ou seja, a presença feminina, na Educação Infantil, constitui quase a totalidade dos sujeitos.

No Ensino Fundamental, a presença masculina aumenta em relação à Educação Infantil. Em 2006, os homens representavam 26,94% do total de professores que atuam no Ensino Fundamental, enquanto a presença feminina foi de 73,06%. Em 2011, essa concentração continua, pois os homens representavam 29,59% do total de professores e as mulheres, 70,41%.

Na Educação de Jovens e Adultos, observa-se um equilíbrio de atuação de professores do sexo masculino e feminino, constatado pelo dado que indicava,

em 2006, os homens representando 45,36% do total, e as mulheres, 54,64%. Em 2011, observa-se concentração equilibrada de homens e mulheres atuando na EJA, na ordem de 48,99% e 51,01%, respectivamente.

Podemos inferir que na Rede Municipal de Educação de Belém o professorado é majoritariamente feminino (70,36%).

II Formação

No que concerne à formação dos professores, utilizou-se o número de funções docentes em vez de número de docentes, em razão de os microdados do Censo Escolar (INEP/MEC) se referirem somente a funções docentes, de 1996 a 2006; a partir de 2007, os dados se referem ao número de professores. No entanto, entendemos que o número de docentes oferece mais exatidão e é mais realista do que o número de funções docentes. A Tabela 2, a seguir, apresenta o número de funções docentes, por etapa ou modalidade de ensino.

Tabela 2 – Número de funções docentes por etapa ou modalidade da Rede Municipal de Educação de Belém – 1996; 2001; 2006-2009.

Ano	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Classes de Alfabetização	Educação de Jovens e adultos	Educação especial	Total
		I	II					
1996	238	898	515	7	60	278	-	1.996
2001	669	1.330	618	28	-	605	4	3.254
2006	727	1.190	661	35	-	696	2	3.311
2007	398	296	166	-	-	274	-	1.134
2008	465	768	242	7	-	302	-	1.784
2009	527	823	208	19	-	275	-	1.852

Fonte: INEP. Microdados do Censo Escolar 1996-2009.

De acordo com os dados da Tabela 2, na Educação Infantil, houve um aumento de 121,43% no número de funções docentes, de 1996 a 2009. No Ensino Fundamental (séries iniciais), houve uma queda de 8,35% no mesmo período. Já nas séries finais, a queda foi de 59,61%. No Ensino Médio, em 1996, registraram-se sete funções docentes e, em 2009, 19; ou seja, ocorreu um aumento de 171,43%, que em termos absolutos, todavia, não representou crescimento significativo. Na EJA, de 1996 a 2009, houve diminuição de três funções docentes (de 278 para 275), o que revela, ao mesmo tempo, regularidade no número de funções docentes e não crescimento. Nas Classes de Alfabetização, só foram registradas, na série histórica, funções docentes no ano de 1996 (60 funções)^{vi}. Na Educação Especial, só foram consignadas funções docentes em 2001 (quatro) e em 2006 (dois), e nenhuma, em 2009. Na verdade, esse não registro de funções docentes, na Educação Especial,

é devido ao estudo ter considerado somente as informações referentes às escolas especializadas e escolas de ensino regular com sala de recursos, ou seja, considerou-se o processo de inclusão, no qual o atendimento de alunos com necessidades educativas especiais é feito em turmas regulares ou sala de recursos.

Diante dos dados apresentados, podemos inferir que, no geral, houve um decréscimo de 7,21% no número de funções docentes da Educação Básica, da Rede Municipal de Belém, pois, em 1996, eram 1.996 funções, caindo, em 2009, para 1.852. Pode-se associar isso ao fato de a Prefeitura de Belém não realizar concurso público para professores há mais de 10 anos, como já mencionado nesse trabalho.

A tabela seguinte apresenta o número de funções docentes por nível de formação na Educação Básica de 1996 a 2009.

Tabela 3 – Número de funções docentes por nível de formação na Educação Básica da Rede Municipal de Belém – 1996; 2001; 2006-2009.

ANO	ENSINO FUNDAMENTAL		ENSINO MÉDIO		ENSINO SUPERIOR		TOTAL
	Incompleto	Completo	Magistério	Sem Magistério	Licenciatura	Sem Licenciatura	
1996	67	142	794	81	828	66	1.978
2001	19	93	1.299	56	1.415	371	3.253
2006	4	12	482	20	1.508	103	2.129
2007	10	10	138	256	720	0	1.134
2008	8	11	12	412	561	0	1.004
2009	10	10	17	595	1.310	0	1.942

Fonte: INEP. Microdados do Censo Escolar 1996-2009.

De acordo com os dados, os ocupantes das funções docentes com formação de ensino fundamental incompleto caíram 85,07%, de 1996 a 2009. Aqueles com formação completa no ensino fundamental também diminuíram 92,96%. Também as que possuíam ensino médio – magistério foram reduzidas 97,86%. Já as que possuíam apenas o ensino médio cresceram 634,57%. Os que possuíam o nível superior (com e sem licenciatura) aumentaram aproximadamente 46,86%.

A partir da promulgação da LDB, de 1996, em que se passou a fazer maior exigência com relação à escolaridade mínima para a docência na Educação Básica, percebe-se a queda no número de funções docentes sem a formação mínima exigida e o aumento de professores com o nível superior. No tópico a seguir, veremos mais detalhadamente a formação dos professores em cada etapa da Educação Básica, da Rede Municipal de Educação.

III Formação conforme a área de atuação

Sobre esse indicador, apresentamos a formação dos professores por área de atuação, ou seja, por etapa e modalidade de atuação na Educação Básica da Rede Municipal de Belém. Nesse indicador, também foram usados os microdados do Censo Escolar e, para contagem dos professores, utilizaram-se as funções docentes. A Tabela 4, a seguir, apresenta o número de funções docentes, por nível de formação, na Educação Infantil.

Tabela 4 – Número de funções docentes, por nível de formação, na Educação Infantil da Rede Municipal de Educação de Belém – 1996; 2001; 2006-2009.

ANO	ENSINO FUNDAMENTAL		ENSINO MÉDIO		ENSINO SUPERIOR		TOTAL
	Incompleto	Completo	Magistério	Sem Magistério	Licenciatura	Sem Licenciatura	
1996	19	36	136	14	33	-	238
2001	13	51	429	24	87	65	669
2006	1	8	320	6	322	70	727
2007	3	3	138	155	99	-	398
2008	8	8	11	150	288	-	465
2009	9	9	12	301	286	-	617

Fonte: INEP. Microdados do Censo Escolar 1996-2009.

De acordo com os dados acima, os titulares de funções docentes com formação apenas de ensino fundamental vem caindo, mas ainda se mantêm os que são formados apenas no nível médio. No entanto, para os que possuem formação em nível superior, esse número vem crescendo significativamente (766%, em 13 anos). Essa constatação é positiva, haja vista que a LDB, de 1996, admite, para docência na Educação Infantil, professores com formação em nível médio na modalidade Normal (antigo magistério).

No entanto, conforme dados da Tabela 4, o número de funções docentes com formação em nível médio-magistério diminuiu 91,18%, e os professores com formação em nível médio sem magistério cresceu mais de 2.000% (passou de 14 funções, em 1996, para 301, em 2009). Esse dado é alarmante, pois deveria ser o contrário. Como vimos, na primeira seção desse artigo, a Lei do FUNDEF (Lei nº 9.424/96) destinava parte dos 60% dos recursos do Fundo para prover a formação dos profissionais sem a titulação exigida, por um período de até cinco anos, mas o Município de Belém não recebeu os recursos do FUNDEF. Além disso, de acordo com essa Lei, os professores só passariam a ser admitidos pela via do concurso público com a titulação mínima exigida.

Segundo o Estatuto do Magistério Público, do Município de Belém (Lei nº 7.7528/91, que dispõe sobre a estruturação das carreiras e da organização das

atividades do magistério), para provimento de professor pedagógico (MAG 01) e professor em estudos adicionais (MAG 02) exigir-se-á formação em nível médio-magistério e nível médio-estudos adicionais, respectivamente. De acordo com os dados, esse critério não está sendo obedecido.

Com relação ao número de funções docentes cujos ocupantes têm formação de nível superior, o percentual de crescimento foi significativo, 757, 58%, pois, ainda que a LDB/1996 admita professores com nível médio, estes se constituem em quadro em extinção, na Rede Municipal de Educação de Belém. A Tabela 5, a seguir, apresenta o número de funções docentes, por nível de formação, nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

Tabela 5 – Número de funções docentes, por nível de formação, nas séries iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Educação de Belém – 1996; 2001; 2006-2009.

ANO	ENSINO FUNDAMENTAL		ENSINO MÉDIO		ENSINO SUPERIOR		TOTAL
	Incompleto	Completo	Magistério	Outros	Licenciatura	Sem Licenciatura	
1996	35	73	513	42	215	20	898
2001	5	36	697	16	460	116	1330
2006	-	-	329	15	734	112	1190
2007	5	5	-	73	213	-	296
2008	3	3	1	225	536	-	768
2009	1	1	5	269	547	-	823

Fonte: INEP. Microdados do Censo Escolar 1996-2009.

Os dados da Tabela 5 revelam que o número de funções docentes cujos ocupantes têm formação em Ensino Fundamental^{vii} caiu bastante (de 108, em 1996, para dois, em 2009). Observa-se, também, que também o número os professores com formação em ensino médio - magistério vem diminuindo (de 513, em 1996, para apenas cinco, em 2009). Já o número dos que possuem nível médio sem magistério cresceu 540,48%, e o dos professores com formação de nível superior^{viii} aumentou consideravelmente (132,77% de aumento, no período de 1996 a 2009). Podemos inferir desses dados que o nível de formação dos professores aumentou significativamente, passando a ficar em consonância com as legislações vigentes.

Sobre o número de funções docentes, por nível de formação, nas séries finais do ensino fundamental, verifiquem-se os dados da Tabela 6, a seguir.

Tabela 6 – Funções docentes, por nível de formação, nas séries finais do ensino fundamental, da Rede Municipal de Educação de Belém – 1996; 2001; 2006-2009.

ANO	ENSINO FUNDAMENTAL		ENSINO MÉDIO		ENSINO SUPERIOR		TOTAL
	Incompleto	Completo	Magistério	Sem Magistério	Licenciatura	Sem Licenciatura	
1996	-	22	44	8	397	44	515
2001	-	-	22	5	502	89	618
2006	-	-	19	6	635	1	661
2007	-	-	-	-	166	-	166
2008	-	-	-	1	241	-	242
2009	-	-	-	2	206	-	208

Fonte: INEP. Microdados do Censo Escolar 1996-2009.

De acordo com os dados da Tabela 6, não se registraram, em qualquer dos anos da série histórica, funções docentes cujos titulares tivessem formação de Ensino Fundamental incompleto atuando nas séries finais do Ensino Fundamental. Já com formação de Ensino Fundamental completo, foram observadas apenas no ano de 1996 (22 funções). Quanto aos professores com formação em nível médio (magistério), eles aparecem até 2006 e, em 2009, não mais aparecem professores com esse tipo de formação. No entanto, ainda aparecem professores com nível médio sem magistério atuando em 2009 (duas funções docentes). Os que possuem o nível superior (licenciatura) caíram cerca de 50%.

Esse não aparecimento de funções docentes com formação em Ensino Fundamental e a diminuição de funções docentes com formação em nível médio encontram justificativa nas exigências das legislações. Tanto a LDB/1996 quanto o Estatuto do Magistério do Município de Belém exigem nível superior em curso de licenciatura, de graduação plena, para provimento dos professores das séries finais do ensino fundamental em diante. A tabela a seguir apresenta a formação dos professores que atuam no ensino médio.

Tabela 7 – Número de funções docentes, por nível de formação, no Ensino Médio^{ix} da Rede Municipal de Educação de Belém – 1996; 2001; 2006-2009.

ANO	ENSINO FUNDAMENTAL		ENSINO MÉDIO		ENSINO SUPERIOR		TOTAL
	Incompleto	Completo	Magistério	Outros	Licenciatura	Sem Licenciatura	
1996	-	-	2	-	5	-	7
2001	-	-	-	-	10	18	28
2006	-	-	1	2	32	-	35
2007	-	-	-	-	-	-	-
2008	-	-	-	-	7	-	7
2009	-	-	-	-	19	-	19

Fonte: INEP. Microdados do Censo Escolar 1996-2009.

Segundo dados da Tabela 7, desde 2008, não existem funções docentes sem nível superior atuando no Ensino Médio. Vale lembrar que a Rede possui apenas uma escola que oferece Ensino Médio profissionalizante (Escola Bosque), justificando o baixo número de funções docentes. Em 2009, registraram-se 19 funções docentes nesse nível de ensino cujos ocupantes possuem formação em nível superior (licenciatura). Esse dado está em consonância com as legislações federal e municipal, quanto à exigência de formação em nível superior, em curso de licenciatura, para docência nessa etapa da Educação Básica.

Sobre as Classes de Alfabetização, não existem mais funções docentes nessas classes. O último registro da série histórica é de 1996 e, nesse ano, os professores tinham as mais diversas formações, inclusive fundamental incompleto. A Rede Municipal não oferta mais esse tipo de ensino.

A tabela a seguir apresenta os dados sobre formação dos professores que atuam na EJA.

Tabela 8 – Número de funções docentes, por nível de formação, na Educação de Jovens e Adultos, da Rede Municipal de Educação de Belém – 1996; 2001; 2006-2009.

ANO	ENSINO FUNDAMENTAL		ENSINO MÉDIO		ENSINO SUPERIOR		TOTAL
	Incompleto	Completo	Magistério	Outros	Licenciatura	Sem Licenciatura	
1996	-	-	71	9	172	26	278
2001	1	6	151	11	356	80	605
2006	3	4	69	5	485	30	596
2007	2	2	-	28	242	-	274
2008	-	-	-	36	266	-	302
2009	-	-	-	23	252	-	275

Fonte: INEP. Microdados do Censo Escolar 1996-2009.

De acordo com os dados, as funções docentes cujos ocupantes atuam na EJA com formação em Ensino Fundamental incompleto e completo existiram até 2007, mas com o número bem reduzido (duas, em cada ponto da escolarização). Os que possuem formação de nível médio (magistério) aparecem até 2006 (69 funções docentes); no entanto, os que têm formação de nível médio, sem magistério, ainda aparecem em 2009 (23 funções docentes). Sobre os que têm formação em curso superior (licenciatura), verificou-se um crescimento de 46,51%, de 1996 a 2009. Os que têm formação em curso superior, sem licenciatura, apareceram até 2006. Cabe lembrar que, para a docência na EJA (3ª e 4ª etapas), exige-se a formação em nível superior.

De acordo com os Microdados do Censo Escolar (INEP, 2011), registrou-se pouca ou nenhuma função docente na Educação Especial. Em 2001, verificaram-se três funções docentes na Educação Especial, todas com ocupantes portadores de formação em nível superior, sem licenciatura/com magistério. Em 2006, registraram-se duas funções apenas, e estiveram concentradas na formação de nível médio-magistério.

Segundo a LDB/1996 (art. 59, inciso III), os sistemas de ensino assegurarão “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”. Esse dispositivo legal justifica o processo de inclusão comentado anteriormente. De acordo com informações do Departamento de Recursos Humanos, da SEMEC, existe apenas um professor efetivo atuando na Educação Especial que possui a formação exigida.

Depois de delinear quem é o professor, sua formação e atuação na Rede, o próximo tópico será dedicado a apresentarmos dados relativos a quanto ganha esse profissional.

IV Remuneração

Nesta subseção, apresentaremos tabelas salariais que mostram a composição e a evolução salariais do profissional em questão, de acordo com a formação e com a jornada de trabalho.

A Tabela 9, a seguir, apresenta a evolução do vencimento base de acordo com o nível de formação e com a carga horária que trabalha para o que se utilizou a atualização monetária com base no Índice Geral de Preços –Disponibilidade Interna – IGP-DI/FVG^x, de maio de 2010.

Tabela 9 – Evolução do Vencimento Base^(*) dos Professores do Quadro Permanente do Magistério (QPM) (Início da Carreira). Município de Belém – 1996; 2001; 2006-2010.

ANO	JORNADA 20 HS			JORNADA 30 HS			JORNADA 40 HS		
	EM	LP	ESP.	EM	LP	ESP.	EM	LP	ESP.
1996	394,21	587,60	587,60	-	797,45	797,45	788,41	1.007,33	1.007,33
2001	491,35	614,12	614,12	-	833,44	833,44	982,70	1.052,77	1.052,77
2006	530,07	623,45	623,45	-	846,13	846,13	1.060,14	1.068,80	1.068,80
2007	556,59	927,41	927,41	-	1.258,63	1.258,63	1.113,18	1.589,86	1.589,86
2008	557,60	650,53	650,53	-	882,86	882,86	1.115,19	1.115,19	1.115,19
2009	580,97	677,80	677,80	-	919,87	919,87	1.161,94	1.161,94	1.161,94
2010	619,28	722,50	587,60	-	980,53	980,53	1.238,57	1.238,57	1.238,57
% CRES	57,10	22,96	22,96		22,96	22,96	57,10	22,96	22,96

Fonte: UFPA/GEFIN, 2009 [Corrigido pelo IGPDI a preço de maio/2010].

(*) No município de Belém, a hora atividade é agregada ao vencimento base.

De acordo com os dados da Tabela 9, a evolução salarial dos professores, de 1996 a 2010, foi de 57,1%, para os professores de nível médio com carga horária de 20 ou 40 horas. Já a evolução salarial dos professores com nível superior e professores com especialização, com jornada de 20, 30 e 40 horas, foi de 22,6%. A Tabela 10, a seguir, revela informações atualizadas referentes à remuneração desses professores.

Tabela 10 – Participação percentual do vencimento base e gratificações na remuneração dos professores do Quadro Permanente do Magistério (QPM) – Formação nível médio (início da carreira). Município de Belém – 1996; 2001; 2006-2010.

ANO	JORNADA 20 HS			JORNADA 40 HS		
	REM.	% VENC.	% GRAT.	REM.	% VENC.	% GRAT.
1996	709,57	55,56	44,44	1.419,14	55,56	44,44
2001	884,43	55,56	44,44	1.768,86	55,56	44,44
2006	954,12	55,56	44,44	1.908,25	55,56	44,44
2007	1.001,87	55,56	44,44	2.003,73	55,56	44,44
2008	1.003,67	55,56	44,44	2.007,35	55,56	44,44
2009	1.045,74	55,56	44,44	2.091,49	55,56	44,44
2010	1.114,71	55,56	44,44	2.229,42	55,56	44,44
% CRES	57,1			57,1		

Fonte: UFPA/GEFIN, 2009 [Corrigido pelo IGPDI a preço de maio/2010].

(*) No município de Belém não há professor com escolaridade de nível médio lotado com 150 h.

De acordo com os dados da tabela acima, o professor de nível médio com jornada de 20 horas, em 1996, recebia R\$709,57 de remuneração, em que 55,56% correspondiam ao vencimento e 44,44% se compunham de gratificações. Em 2010, recebia R\$1.114,71 de remuneração, com os mesmos percentuais de

vencimento e gratificações. Já o professor com jornada de 40 horas recebia, em 2006, R\$1.419,14 e, em 2010, recebia R\$2.229,42, com os mesmos percentuais de vencimento e gratificações (55,56% e 44,44%, respectivamente).

Destaca-se que há quase uma equiparação entre o vencimento e a(s) gratificação(ões), de modo que, se as gratificações fossem retiradas, a remuneração do professor ficaria bastante prejudicada. Gutierrez, Gemaque e Luz (2011) elucidam que, quando esse profissional chegar à aposentadoria, quase metade de sua remuneração será suprimida, haja vista que os proventos não incorporam as gratificações.

Outro aspecto que chama atenção é “a aparente regularidade dos percentuais da composição salarial contrariando a dinâmica de mobilizações da categoria por alterações nesta composição salarial ao longo do período.” (GUTIERRES; GEMAQUE; LUZ, 2011, p. 21).

A Tabela a seguir apresenta a participação percentual do vencimento base e das gratificações na remuneração dos professores com formação de nível superior.

Tabela 11 – Participação percentual do vencimento base e gratificações na remuneração dos professores do Quadro Permanente do Magistério (QPM) – Formação Nível Superior (Início da Carreira). Município de Belém – 1996; 2001; 2006-2010.

ANO	JORNADA 20 HS			JORNADA 30 HS			JORNADA 40 HS		
	REM.	% VENC.	% GRAT.	REM.	% VENC.	% GRAT.	REM.	% VENC.	% GRAT.
1996	393,51	45,45	54,55	534,05	35,29	64,71	674,61	45,45	54,55
2001	639,40	45,45	54,55	867,77	35,29	64,71	1.096,13	45,45	54,55
2006	1.086,77	45,45	54,55	1.474,95	35,29	64,71	1.893,09	44,73	55,27
2007	1.693,56	45,45	54,55	2.298,41	35,29	64,71	2.903,27	45,45	54,55
2008	1.304,38	45,45	54,55	1.770,23	35,29	64,71	2.236,08	45,45	54,55
2009	1.432,2	45,45	54,55	1.943,70	35,29	64,71	2.455,20	45,45	54,55
2010	1.570,8	45,45	54,55	2.131,80	35,29	64,71	2.692,80	45,45	54,55
% CRES	399,17	22,96	22,96	399,18	22,96	22,96	57,10	22,96	22,96

Fonte: UFPA/GEFIN, 2009.

De acordo com os dados, o professor com formação de nível superior e com jornada de 20 horas recebia, em 1996, uma remuneração de R\$393,51, em que o percentual de gratificação ultrapassava o percentual de vencimento (45,45% e 54,55%, respectivamente). Em 2010, esse professor passa a receber R\$1.570,80 e permanece com os mesmos percentuais de vencimento e gratificação.

O professor com jornada de 30 horas recebia, em 1996, R\$534,05 e, em 2010, recebia R\$2.131,80 (aumento salarial de 399,18%), com 35,29% de vencimento e 64,71% de gratificações; ou seja, o percentual de gratificação aumenta mais ainda.

O professor com jornada de 40 horas, em 2006, recebia 674,00 e, em 2010, recebia 2.692,80 (aumento salarial de 399,16%); os percentuais de vencimento e gratificação passam a compor 45,45% e 54,55%, respectivamente.

A Tabela 12, a seguir, mostra as remunerações e a participação percentual de vencimento e gratificação com a atualização pelo IGP-DI/FGV.

Tabela 12 – Participação percentual do vencimento base e gratificações na remuneração dos professores do Quadro Permanente do Magistério (QPM) – Formação: Nível Superior (Início da Carreira). Município de Belém – 1996; 2001; 2006-2010.

ANO	JORNADA 20 HS			JORNADA 30 HS			JORNADA 40 HS		
	REM.	% VENC.	% GRAT.	REM.	% VENC.	% GRAT.	REM.	% VENC.	% GRAT.
1996	1.292,71	45,45	54,55	1.754,38	35,29	64,71	2.216,13	45,45	54,55
2001	1.351,05	45,45	54,55	1.823,03	35,29	64,71	2.316,10	45,45	54,55
2006	1.371,59	45,45	54,55	1.863,14	35,29	64,71	2.389,21	44,73	55,27
2007	2.040,31	45,45	54,55	2.775,05	35,29	64,71	3.497,70	45,45	54,55
2008	1.431,16	45,45	54,55	1.938,60	35,29	64,71	2.453,42	45,45	54,55
2009	1.491,15	45,45	54,55	2.032,54	35,29	64,71	2.556,26	45,45	54,55
2010	1.589,49	45,45	54,55	2.157,17	35,29	64,71	2.724,84	45,45	54,55
% CRES	22,96			22,96			22,96		

Fonte: UFPA/GEFIN, 2009.

De acordo com os dados, o professor com formação de nível superior e com jornada de 20 horas recebia, em 1996, uma remuneração de R\$ 1.292,71 em que o percentual de gratificação ultrapassava o percentual de vencimento (45,45% e 54,55%, respectivamente). Em 2010, esse professor passa a receber R\$1.589,49 e permanece com os mesmos percentuais de vencimento e gratificação.

O professor com jornada de 30 horas recebia, em 1996, R\$1.754,38 e, em 2010, recebia R\$2.157,17 (aumento salarial de 22,96%), com 35,29% de vencimento e 64,71% de gratificações; ou seja, o percentual de gratificação aumenta mais ainda.

O docente com jornada de 40 horas percebia, em 2006, R\$ 2.216,13 e, em 2010, recebia 2.724,84 (aumento salarial de 22,96%); os percentuais de vencimento e gratificação passam a compor 45,45% e 54,55%, respectivamente.

Sobre os professores que possuem pós-graduação (especialização), a tabela a seguir apresenta os percentuais de composição salarial dessas remunerações.

Tabela 13 – Participação percentual do vencimento base e gratificações na remuneração dos professores do Quadro Permanente do Magistério (QPM) – Formação: Especialização (Início da Carreira). Município de Belém – 1996; 2001; 2006-2010.

ANO	JORNADA 20 HS			JORNADA 30 HS			JORNADA 40 HS		
	% VENC.	REM.	% GRAT.	% VENC.	REM.	% GRAT.	% VENC.	REM.	% GRAT.
1996	45,45	420,34	54,55	42,55	570,46	57,45	42,55	720,61	57,45
2001	45,45	683,00	54,55	42,55	926,93	57,45	42,55	1.170,87	57,45
2006	45,45	1.160,88	54,55	42,55	1.575,51	57,45	41,92	2.020,12	58,08
2007	45,45	1.809,03	54,55	42,55	2.455,12	57,45	42,55	3.101,22	57,45
2008	45,45	1.393,32	54,55	42,55	1.890,93	57,45	42,55	2.388,54	57,45
2009	45,45	1.529,85	54,55	42,55	2.076,23	57,45	42,55	2.622,60	57,45
2010	45,45	1.677,90	54,55	42,55	2.277,15	57,45	42,55	2.876,40	57,45
% CRES		299,18			299,18			299,16	

Fonte: UFPA/GEFIN, 2009. Valor nominal.

De acordo com os dados, em 1996, esse professor recebia de remuneração R\$ 420,34 e, em 2010, R\$ 1.677,90 (variação de 299,18%). Os percentuais de vencimento e gratificação são 45,45% e 54,55, respectivamente.

O professor com jornada de 30 horas, em 1996, recebia R\$ 570,00 e, em 2010, R\$ 2.277,15 (variação de 299,17%). A composição de vencimento e gratificação equivale a 42,55% e 57,45%, respectivamente.

Em 1996, o professor com jornada de 40 horas percebia R\$ 720,61 e, em 2010, recebia R\$ 2.876,40 (variação de 299,16%). Os percentuais são 42,55% de vencimento e de gratificação, 57,45%. Infere-se que em todas as jornadas de trabalho os percentuais de gratificação ultrapassam os de vencimento.

CONCLUSÃO

O presente artigo objetivou apresentar os resultados da pesquisa “Quem são e quanto ganham os professores da Educação Básica da Rede Municipal de Belém.

Sobre o indicador “sexo” chegou-se a conclusão que os professores que atuaram e que atuam na Rede são majoritariamente do sexo feminino (70,26% do total). Em toda a série histórica (2006 a 2011) e nas etapas (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio) e modalidades (Educação de Jovens e Adultos) da Educação Básica que foram analisadas, as professoras representaram a maioria.

Na Educação Infantil, foi encontrada a maior concentração de professoras (98,03%, em 2011). No Ensino Fundamental, essa concentração diminui, o

percentual de mulheres caindo para 73,06% (2011). Na Educação de Jovens e Adultos, observa-se a menor disparidade entre homens e mulheres, pois o percentual de professores do sexo feminino é de 51,01%, ou seja, ocorre um equilíbrio nessa modalidade de ensino.

No que tange ao indicador Formação, verifica-se que, em 2009: 1,03% possuem somente o Ensino Fundamental; 31,51% possuem o nível médio; e 67,46%, o nível superior. Destacadamente, o conjunto de legislações que exigem uma titulação mínima para a docência na Educação Básica estimulou a formação de profissionais que não possuíam a formação mínima exigida, assim como o ingresso por concurso público de provas e títulos somente daqueles profissionais com a formação exigida. As políticas de formação e de valorização do professor (como por exemplo: Pró-Letramento; Pró-Licenciatura; ProInfantil; PARFOR; dentre outras), também, fizeram impulsionar a formação dos professores. Ressalta-se que os Programas de Formação Continuada, da Rede Municipal de Educação de Belém, tanto na gestão de Edmilson Rodrigues quanto na de Duciomar Costa, vêm capacitando os professores dessa Rede.

No que tange ao indicador *formação por área de atuação*, os dados revelaram que as funções docentes da Educação Infantil, em 2009, se distribuíam da seguinte forma: 2,92%, com Ensino Fundamental; 50,73%, com Ensino Médio; e 46,35%, com Educação Superior. No Ensino Fundamental (séries iniciais), em 2009, a formação em nível superior passa a ser maioria (66,46%), contra 33,29% com apenas o Ensino Médio e 0,24% com Ensino Fundamental.

O nível de formação dos professores da Rede Municipal de Educação de Belém está em consonância com a LDBN, de 1996, e com o Estatuto do Magistério do Município de Belém (Lei nº 7.528/91), pois a formação mínima exigida para o professor da Educação Infantil e das séries iniciais do Ensino Fundamental é o nível médio (magistério). Constatou-se que o percentual de funções docentes cujos ocupantes têm formação de nível superior ultrapassa o percentual dos que completaram o Ensino Médio. Já nas séries finais do ensino fundamental, o ano de 1996 apresentou a maioria dos professores com curso superior (85,63%); os com Ensino Médio somaram 10% e apenas 4,27%, com Ensino Fundamental. Já em 2009: a quase totalidade possui o ensino superior (99,04), e 0,96% possuem o nível médio. No Ensino Médio, em 2009, 100% das funções docentes estavam preenchidas por professores que possuíam nível superior. Sobre as funções docentes da EJA, em 2009, 91,64% tinham feito curso superior, enquanto 8,36% tinham apenas o Ensino Médio.

Sobre o indicador *remuneração*, essa pesquisa evidenciou que, de acordo com os dados apresentados, paga-se R\$ 1.238,57 de vencimento base para professores

com jornada de 40 horas semanais; no entanto, não há diferenciação entre os que possuem formação em nível médio, superior e especialização, pois todos possuem o mesmo vencimento base, diferenciando-se a composição remuneratória apenas nas gratificações. Já a remuneração (vencimento base acrescido de vantagens e adicionais) do professor com nível médio é de R\$ 2.229,42. A composição salarial tem 55,56% de vencimento e 44,44% de gratificações. A remuneração do professor com nível superior é de 2.724,84; sua composição salarial registra 45,45% para vencimento e 54,55% para gratificações. A remuneração do professor que possui pós-graduação (especialização) é de R\$ 2.622,60, em que 42,55% são de vencimento e 57,45% são de gratificações.

Diante disso, constata-se que, na composição salarial, as gratificações chegam a quase se igualar com o vencimento e, no caso dos professores com nível superior e com especialização, chegam a ultrapassá-lo. Isto representa um ponto negativo, pois significa que, quando se pensa na aposentadoria desses professores, perderão drasticamente, pois os proventos não incorporam as gratificações. Conclui-se que os professores da Rede Municipal de Educação de Belém são, em sua maioria mulheres, formadas em nível superior, que ganham um vencimento-base de R\$ 1.238,57, valor maior do que o atual Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN).

NOTAS

¹ Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica – 2003 e Censo do Professor – 1997, ambos disponíveis no portal do INEP: <http://portal.inep.gov.br/>

² A pesquisa realizada, em 2004, sobre perfil do professor brasileiro está disponível em: Pesquisa Nacional Unesco. O perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam. São Paulo: Moderna, 2004. A pesquisa de 2006 está disponível em: GATTI, Bernadete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá. Professores do Brasil: impasses e desafios. Brasília: UNESCO, 2009. 294 p.

³ A CNTE tem seu marco no ano de 1945, com as primeiras associações de professores primários. Em 1960, já com 11 estados brasileiros com associações, foi fundada a primeira Confederação: a Confederação dos Professores Primários do Brasil – CPPB. Em 1979, a CPPB teve uma mudança substancial em seu estatuto, incorporando os professores secundários dos antigos ginásios, e passou a se chamar Confederação dos Professores do Brasil – CPB. Em 1990, a CPB passou a se chamar Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE, em um Congresso extraordinário cujo objetivo foi unificar várias Federações setoriais da educação numa mesma entidade nacional.

^{IV} A ANFOPE é uma entidade científica, civil, sem fins lucrativos, sem caráter religioso e político-partidário. Foi criada em 26 de julho de 1990, em Assembleia Nacional do 5º. Encontro Nacional da Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador (Conarcfe); tem como finalidade fazer avançar o conhecimento no campo da formação e da valorização dos profissionais da educação, por meio da mobilização de pessoas, de entidades e de instituições dedicadas a essa finalidade.

^V O Ensino Fundamental está organizado em ciclos: ciclo I (1º; 2º e 3º ano) e ciclo II (1º ano e 2º ano), correspondendo às séries iniciais do Ensino Fundamental. O ciclo III (1º ano; 2º ano) e ciclo IV (1º ano e 2º ano) correspondem às séries finais do ensino fundamental.

^{VI} No entanto, de fato, essa oferta terminou, em 2003, quando foram registradas 12 turmas e 10 funções docentes (oito, com formação em nível superior – licenciatura, e dois, com formação em nível médio – magistério). Essas classes se integraram ao ensino fundamental a partir da implantação do FUNDEF.

^{VII} Somados Ensino Fundamental incompleto e completo

^{VIII} Somados com licenciatura e sem licenciatura.

^{IX} No ano de 2007, não constam informações no sistema de Microdados do Censo Escolar (INEP/MEC) sobre as funções docentes do Ensino Fundamental.

^X “O IGP-DI/FGV foi instituído em 1944 com a finalidade de medir o comportamento de preços em geral da economia brasileira. É uma média aritmética, ponderada dos seguintes índices: IPA que é o Índice de Preços no Atacado e mede a variação de preços no mercado atacadista e representa 60%; IPC que é o Índice de Preços ao Consumidor e mede a variação de preços entre as famílias que percebem renda de 1 a 33 salários mínimos nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro e em 30% o IGP-DI/FGV; INCC que é o Índice Nacional da Construção Civil e mede a variação de preços no setor da construção civil, considerando no caso tanto materiais como também a mão de obra empregada no setor. O INCC pondera em 10% o IGP-DI/FGV.” (GUTIERRES; GEMAQUE; LUZ, 2011, nota 13, p. 19).

REFERÊNCIAS

BELÉM (Prefeitura Municipal de). Lei nº 7.502, de 20 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o Estatuto do Funcionário Público de Belém. Belém: CEJUP, 1993.

_____. Lei nº 7.507, de 14 de janeiro de 1991. Dispõe sobre o Plano de Carreira do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Belém. Belém: CEJUP, 1993.

_____. Lei nº 7.528, de 5 de agosto de 1991. Estatuto do Magistério. Belém: CEJUP, 1993.

BRASIL. (Constituição, 1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Último acesso em: 4 maio 2011.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Último acesso em: 4 maio 2011.

_____. Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. Publicada no DOU de 26.12.96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9424compilado.htm. Último acesso em: 4 maio 2011

_____. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei no 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm>. Último acesso em: 4 maio 2011.

_____. Lei 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11738.htm>. Último acesso em: 4 maio 2011.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (CNTE). Cadernos de Educação. Brasília, Ano II, n. 6, ago.1997.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GUTIERRES, Dalva Valente Guimarães; GEMAQUE, Rosana Maria Oliveira; LUZ, Sílvia Leticia D'Oliveira da. A carreira dos profissionais do magistério do Sistema Municipal de Educação de Belém: o dito e o feito. In: Congresso Brasileiro de Política e Administração da Educação, 25. 2011. São Paulo. ANAIS. Brasília, DF: Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Microdados do Censo Escolar 1996-2009. Brasília:INEP/MEC. [Rede de Pesquisadores em Financiamento da Educação. Dados Educacionais Belém.] Disponível em: http://www.redefinanciamento.ufpr.br/pesquisas/remuneracaodeprofessores/textos/dados_educacionais/dados_educacionais.htm. Último acesso: jun. 2011.

MONLEVADE, João Antônio Cabral de. Valorização salarial dos professores. 2000. 307f. Tese (Doutorado em Educação)—Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas (SP), [s.n.], 2000.

NUNES, Cely do Socorro Costa; MONTEIRO, Albêne Lis; SANTOS, Tânia Regina Lobato dos (Org.). A formação de professores em nível médio normal no Pará: Política, motivações e aspirações profissionais dos alunos. Belém: EDUEPA, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA). Grupo de Estudos em Gestão e Financiamento da Educação (GEFIN). Remuneração dos Professores da Educação Básica: configurações, impactos, impasses e perspectivas [Projeto de Pesquisa]. Belém: UFPA/GEFIN, 2009.